ISSN: 2674-9270
Volume. 7, n. 3, ago./dez. 2025

ARTIGO

Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

Sensibilização para a formação omnilateral: experiência com oficina para alunos ingressantes no Ensino Técnico Subsequente

Carla Jeane Farias Batista
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
E-mail: carlinhafarias85@hotmail.com

Alex Lara Martins
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
E-mail: alex.lara@ifmg.edu.br

DOI: https://doi.org/10.46636/recital.v7i3.750

Como citar este artigo: BATISTA, Carla Jeane Farias; MARTINS, Alex Lara. Sensibilização para a formação omnilateral: experiência com oficina para alunos ingressantes no Ensino Técnico Subsequente. **Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 7, n. 3, p. 30–42, 2025. DOI: 10.46636/recital.v7i3.750. Disponível em: https://recital.almenara.ifnmg.edu.br/recital/article/view/750.

Recebido: *02 Set. 2025*

Aceito: *30 Jan. 2026*

Está obra está licenciada sobre uma Creative Commons Attribution 4.0 International License. Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, para propósitos comerciais, sem permissão por escrito. Para outros propósitos, a reprodução deve ser devidamente referenciada. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Sensibilização para a formação omnilateral: experiência com oficina para alunos ingressantes no Ensino Técnico Subsequente

RESUMO

Este artigo apresenta uma oficina realizada no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), voltada para alunos ingressantes do Ensino Técnico subsequente, vinculados ao Projeto Trilha de Futuro (PTF) do governo de Minas Gerais. Apesar dessa política educacional não apresentar lastros em relação aos princípios emancipatórios da educação profissional e tecnológica, a atividade desenvolvida teve como propósito preparar o terreno para a formação omnilateral, integrando saberes técnicos e humanísticos em um cultivo educativo pautado pela crítica e pela compreensão do trabalho como princípio educativo. A oficina foi realizada em 8 de agosto de 2024 e contou com a participação de 91 estudantes. A metodologia fundamentou-se na exposição dialogada de conteúdos teóricos, apoiada por recursos visuais que auxiliaram e estimularam a compreensão e a participação dos estudantes. Também foi realizada uma validação da oficina, por meio de questionário fechado que avaliou as percepções dos participantes sobre os elementos conceituais, pedagógicos e comunicacionais do produto educacional. Para escrever o presente texto, recorremos à metáfora da jardinagem, tal como concebida por Rousseau e desenvolvida por Célestin Freinet. A pesquisa revela que a formação omnilateral pode nortear projetos pedagógicos de escolas vinculadas, mas resistentes, a políticas governamentais de caráter precarizante, como no caso do PTF.

Palavras-chave: Formação omnilateral. Educação profissional. Projeto Trilha de Futuro.

Awareness of omnilateral education: a workshop experience for incoming students in post-secondary vocational education

ABSTRACT

This article presents a workshop conducted within the scope of the Professional and Technological Education Master's Program (ProfEPT), aimed at incoming students of the subsequent vocational course, linked to the Trilha de Futuro Project (PTF) of the government of Minas Gerais. Although this educational policy does not align with the emancipatory principles of professional and technological education, the workshop sought to promote an omnilateral education, integrating technical and humanistic knowledge within an educational process guided by critical thinking and the understanding of work as an educational principle. The workshop was held on August 8, 2024, with the participation of 91 students. The methodology was based on a dialogical exposition of theoretical content, supported by visual resources that facilitated comprehension and encouraged student engagement. The workshop was also validated through a questionnaire that assessed participants' perceptions regarding the conceptual, pedagogical, and communicational elements of the educational product. The metaphor of gardening, as conceived by Rousseau and further developed by Célestin Freinet, was employed in the writing of this article. The study reveals that omnilateral education can guide pedagogical projects in schools that are linked to, yet resistant to, government policies of a precarious nature, as in the case of the PTF.

Keywords: Omnilateral education. Vocational training. Projeto Trilha de Futuro.

INTRODUÇÃO

PREPARANDO O SOLO

Helena Singer (2010) afirma que as ideias pedagógicas de Jean-Jacques Rousseau semearam uma revolução na tentativa de ultrapassar o ensino tecnicista que a modernidade científica e o seu método catequético pretendiam impor. A proposta rousseauniana pode ser expressa por meio da alegoria da jardinagem, em que o aprendizado ocorre de maneira lenta e progressiva, conforme as potencialidades naturais e os nutrientes pedagógicos adequados: "ajeitam-se as plantas pelo cultivo, [assim como] os homens pela educação" (Rousseau, 1973, p. 27).

A metáfora educacional da jardinagem e da horticultura foi desenvolvida pelo pedagogo anarquista francês Célestin Freinet (1974), que nos serve de inspiração para as analogias entre os tipos de solo e as diferentes perspectivas pedagógicas, a adubagem e as políticas educacionais, a seleção das sementes e as intencionalidades educativas, o fornecimento de nutrientes e os currículos adequados às etapas de formação, o crescimento das plantas e o desenvolvimento das crianças, as ações do jardineiro e do professor, entre outras analogias possíveis. O uso da metáfora, aqui, não possui apenas uma dimensão retórica, mas permite identificar uma "redução de desvio" (Ricoeur, 2000, p. 214), que ajuda a organizar o pensamento sobre uma prática educacional em um território avesso aos seus nutrientes, isto é, o desenvolvimento de uma oficina educacional "desviante", que contém princípios pedagógicos refratários à política oficial do curso em que foi desenvolvida. Nesse contexto, o pensamento analógico se mostra particularmente fecundo para interpretar processos formativos porque evidencia que educar não é fabricar sujeitos segundo moldes predefinidos, mas criar condições para que se desenvolvam potencialidades no tempo necessário, assim como o jardineiro que cultiva, nutre e acompanha o crescimento das plantas sem violentar o seu ritmo. Dessa maneira, o recurso à metáfora da jardinagem – como forma de escrita criativa – permite iluminar tanto as distorções históricas da educação profissional quanto as possibilidades de uma prática emancipatória fundada na formação omnilateral.

Por décadas, a educação profissional brasileira foi cultivada como uma monocultura: o jovem, especialmente o jovem pobre, era semeado em solo raso, com formação precária; crescia sob luz artificial, de manuais fordistas, e era colhido prematuramente como técnico, moldado para ocupar um lugar no mercado de trabalho. Ciavatta e Ramos (2011) relacionam essa forma de ensino à estrutura da sociedade de classes e à forma como o capitalismo se implantou no Brasil. A educação profissional, seja na forma de aprendizagem dos ofícios manuais no século XIX ou na forma do ensino industrial durante o século XX, pretendia resultados utilitários, alienantes e mecanizados. Ensinava-se o "como podar" sem perguntar "por que cultivar" ou "para quem florescer". Eliezer Pacheco (2011) considera revolucionários os princípios cultivados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que, a partir de 2008, adubam o solo da educação brasileira com uma nova concepção educacional, que relaciona trabalho, ciência e cultura. Ainda na alegoria da jardinagem, os princípios de uma proposta pedagógica são como o adubo do solo. As ideias de trabalho como princípio educativo e de formação omnilateral são os condicionantes, aquilo de que se nutrem os currículos integrados dos cursos de nível médio da Rede Federal.

O objetivo deste artigo é apresentar e descrever as etapas de um Produto Educacional (PE) plantado sob esses princípios, mas transplantado para o contexto de um curso ofertado por uma instituição de ensino externa à Rede Federal e refratária a seus princípios. O PE se trata de uma oficina produzida junto à dissertação de mestrado intitulada "Um estudo

comparativo sobre os reflexos educacionais dos indicadores e dos processos de acesso ao ensino técnico", desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional (ProfEPT) do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Realizada no Colégio Sejan, em Janaúba (MG), a atividade reuniu estudantes ingressantes dos cursos técnicos subsequentes da Escola Janaubense, ligados ao Projeto Trilhas de Futuro (PTF). A oficina realizou-se por meio da exposição dialogada de conceitos como formação omnilateral e trabalho como princípio educativo, bem como da distinção entre mercado e mundo do trabalho.

Será em torno deste contraste que o artigo se debruça: uma análise sobre como os princípios de uma educação emancipatória podem romper a terra endurecida das estruturas tradicionais e germinar no terreno de uma escola cujo projeto educacional é marcado pela fragmentação e pela formação precária.

AS RAÍZES QUE NUTREM A PROPOSTA

Como instituição vinculada aos objetivos do capitalismo, a escola tem sido um campo de cultivo de valores tais como a eficiência e o poder econômico. Entre carteiras enfileiradas e os quadros que delimitam o saber, a escola molda mentes e aspirações no ritmo acelerado das relações produtivas e comerciais. A promessa de "educação para todos" soa como uma ideia democrática, por trás da qual se determinam dois tipos de formação: a primeira, de cunho humanista, destinada à formação das elites que organizam a produção social da riqueza; a segunda, de caráter técnico, visa a formação de trabalhadores em série para alimentar a engrenagem da produção e do mercado (Ramos, 2010). Qualificar-se profissionalmente tornou-se uma questão de sobrevivência e, por extensão, de dignidade. É nesse cenário que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) busca replantar o que o sistema insiste em arrancar pela raiz: a integralidade do ser humano, com sua ética, sua sensibilidade estética e sua curiosidade científica (Frigotto, 2001).

No Brasil, esse cultivo enfrenta pragas antigas, que remontam aos tempos da escravidão e, ainda hoje, contaminam o solo da educação. De um lado, as elites colhem frutos de uma formação rica e multifacetada. De outro, as classes populares recebem sementes partidas: uma formação aos pedaços, destinada a produzir mãos que trabalham, desassociadas de mentes que questionam. Ciavatta e Ramos (2011) denominam essa praga de "dualidade estrutural da educação". Essa divisão educacional não é apenas uma falha no plantio; é um projeto de paisagismo social que decide quem floresce e quem permanece atrofiado. Romper essa lógica exige reimaginar o próprio jardim da educação: adubando o solo com justiça, regando com sensibilidade e permitindo que cada aprendiz cresça em todas as direções. Todavia, a jardinagem da educação brasileira tem sido conduzida mais pela lógica da exclusão do que pela do cuidado. Ciavatta e Ramos (2011) lembram que essa cicatriz ainda sangra nas políticas educacionais. Mesmo com os esforços do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e outras iniciativas que tentam costurar essas feridas, a desigualdade persiste como erva daninha teimosa, resistente e infiltrada nas raízes do sistema educacional.

Frigotto (2001) alerta para uma verdade incômoda: a escola pode ser tanto o espelho que reflete as injustiças do sistema quanto a janela que oferece uma vista para a transformação. É nesse terreno de contradições que florescem iniciativas como os da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. De acordo com Ramos (2014), a formação omnilateral emerge como um manifesto educacional enraizado em uma metodologia que reconhece a complexidade do ser humano. Os estudantes não seriam

sementes de futuras peças do mercado, mas organismos vivos, multifacetados, com raízes intelectuais que precisam ser nutridas, corpos que demandam cuidado. Nessa paisagem em renovação, os processos de ensino e aprendizagem se orientam pelo cultivo das múltiplas dimensões humanas, florescimento que depende da fértil noção de trabalho como princípio educativo. Trata-se de um cultivo que, além de nutrir a vida em sua dimensão positiva, lança brotos de crítica às relações sociais de trabalho impostas pelo modo de produção capitalista, que frequentemente transforma o jardim em fábrica e o jardineiro em operário.

Nessa perspectiva materialista, o trabalho é compreendido como o uso consciente de forças e técnicas que transformam o mundo, com o propósito de suprir as necessidades humanas. Como afirma Marx (2013, p. 255), "o trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza". É nesse entrelaçamento que o ser humano se modifica e, ao mesmo tempo, modifica o ambiente – como quem poda, aduba e colhe, mas também se transforma de acordo com as estações. A metáfora da jardinagem assume, aqui, uma função explicativa sobre a ontologia do ser humano. Ao reconhecer o trabalho como uma ação tipicamente humana, que molda a natureza e a si para existir, o sujeito se abre para um "mundo que está sendo", logo inacabado e em processo de transformação. Quando realizado com consciência, o trabalho, além de gerar frutos materiais, fortalece o tronco ético. Em outras palavras, somos o que cultivamos, mas podemos nos desenvolver para além dos limites impostos pelo sistema socioeconômico, que insiste em nos reduzir.

Freitas *et al*. (2018) sugerem que a defesa dessa perspectiva educacional é um ato de resistência: uma semeadura consciente que equipa os jovens com ferramentas técnicas, intelectuais e emocionais para questionar, participar e transformar. Frigotto (2012) aprofunda essa reflexão ao afirmar que a formação omnilateral é um antídoto contra a alienação – esse estado de estranhamento em que o indivíduo se vê desconectado do fruto de seu próprio trabalho, alheio ao processo, à sua classe social e até de si mesmo. A formação omnilateral, nesse sentido, é como uma poda cuidadosa que reconecta o sujeito à sua essência, permitindo que floresça com autonomia e consciência. O trabalho como princípio educativo tem o poder de transformar não só a matéria, mas também consciências, sociedades e destinos.

O SOLO E AS SEMENTES: CONTEXTO PARA A OFICINA

O PTF tem sido apresentado pelo Governo de Minas Gerais como a principal política de educação profissional do estado desde 2021, com expansão de vagas, benefícios e forte articulação com instituições privadas, como o Sistema S. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE/MG) realiza, inicialmente, um mapeamento das demandas de qualificação de mão de obra entre as empresas, que, por sua vez, indicam a oferta de vagas de emprego. O resultado dessa pesquisa é enviado à Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS/MG), que selecionam e priorizam os cursos e estabelecem a quantidade de vagas necessárias para cada região, considerando o critério da empregabilidade. Submete-se, assim, a educação profissional à instrumentalização das ocupações. Por meio de edital público, a SEE/MG firma parcerias com instituições privadas de ensino, como ocorreu com a Escola Janaubense (Minas Gerais, 2024). Nessa instituição, os cursos ofertados – enfermagem, farmácia, radiologia, saúde bucal e segurança do trabalho – representam diferentes demandas do mercado. Outros cursos, como agronegócio, administração e sistemas de energias renováveis, estão em processo de autorização.

Em termos institucionais, trata-se de uma concessão ou uma transferência da responsabilidade de formação do setor público para estabelecimentos privados de ensino, embora instituições públicas também possam aderir ao programa. O contrato entre as partes, elaborado por meio do edital de credenciamento, estabelece que o valor a ser pago pelos cursos é calculado com base no quantitativo de vagas a serem ofertadas, conforme os preços praticados e a carga horária mínima exigida para os cursos técnicos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (Minas Gerais, 2025). Cumpridos os requisitos de participação no curso, os alunos também recebem auxílio para transporte e alimentação.

Além da reserva de vagas subsidiadas pela SEE/MG, a Escola Janaubense realiza a admissão de outros estudantes por meio de processo seletivo, composto por questões abertas e fechadas de Língua Portuguesa e uma redação sobre temas da atualidade. As turmas apresentam, portanto, diversidade: estudantes do 2º e 3º anos do Ensino Médio, da rede pública e privada, da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e pessoas que já concluíram essas etapas. No que diz respeito ao TPF, a responsabilidade pela admissão permanece com a SEE/MG, enquanto à instituição escolar cabe o papel de ministrar os cursos, sem que haja orientações pedagógicas específicas além daquelas já previstas em lei.

Esse arranjo institucional revela os limites da autonomia escolar e a dependência em relação às diretrizes governamentais. De um lado, a tendência à privatização promovida pela gestão do governo Zema (2023–2026), que, segundo Rodrigues (2024), transforma o docente em mero executor de políticas gerenciais. A esse respeito, o Governo implantou o programa “Trilhas de Futuro – Educadores”, fortalecendo a dependência de parceiros privados na formação docente, em linha com os ideários de Estado mínimo e de privatização de processos formativos. Apesar da expansão geográfica e numérica de vagas em cursos técnicos, o custo-aluno é elevado em comparação a outros programas, embora seja pouco eficaz devido à alta taxa de evasão, às fragilidades de implementação e monitoramento (Dias; Morais, 2025) e às dificuldades observadas na própria formação técnica dos estudantes (Mateus; Oliveira, 2024). Nesse arranjo, a educação profissional mantém o seu caráter utilitário de formação precarizada. Em outras palavras, retomando o tratamento metafórico de Freinet (1974, p. 166-167):

> Apenas se obtém, com esses processos, frutos precoces e degenerados, que apenas por momentos podem iludir. Como o horticultor que “empurra” a sua planta, quimicamente, para a “forçar” a produzir contra a natureza um fruto enganador que a esgota. Os vossos alunos não digeriram os alimentos, a seiva não foi enriquecida com eles.

De outro lado, porém, a falta de diretrizes pedagógicas consistentes abre a possibilidade de a instituição escolar adotar práticas de aprendizagem, por exemplo, coerentes com uma concepção integrada e omnilateral, que entende o trabalho como princípio educativo. Em vez de formar apenas mão de obra, pode-se cultivar sujeitos íntegros, capazes de entrelaçar os saberes escolares aos conhecimentos do mundo do trabalho, para além de peças de uma engrenagem produtiva, como protagonistas conscientes de sua própria história.

Foi nesse solo tensionado que os autores deste artigo, vinculados ao ProfEPT, desenvolveram um PE na forma de oficina, destinada aos alunos ingressantes do PTF na Escola Janaubense. A oficina surgiu como uma enxada crítica, voltada para romper o endurecimento da cultura escolar vigente, a qual, empregada pelo atual Governo de Minas Gerais, reforça o

caráter fragmentado dos cursos técnicos voltados exclusivamente ao aprendizado de um ofício.

METODOLOGIA

A resistência à concepção fragmentada germinou em uma instituição educacional ofertante do PTF. O objetivo geral da oficina, fruto de uma dissertação de mestrado, foi sensibilizar os novos alunos sobre a importância da formação omnilateral, entendida como a integração entre educação técnica e formação humanística. O terreno que sustentou a oficina foi o *Guia para Alunos Ingressantes – Sensibilização para a Formação Omnilateral* (Batista; Martins, 2024), produto da dissertação de mestrado vinculada ao ProfEPT e concebido como instrumento de acolhimento e provocação crítica.

Segundo a Portaria n. 83/2011, que instituiu a Área 46 – Área de Ensino (Brasil, 2011), os mestrados profissionais devem desenvolver um PE como resultado de uma investigação voltada a uma questão, problema ou necessidade da prática educacional. Esse produto pode se materializar de diversas formas – objeto tangível, recurso digital ou processo formativo – desde que possa intervir, dialogar e ressignificar práticas pedagógicas. Ao ser descrito com precisão, o PE torna-se passível de compartilhamento, ampliando o alcance das experiências pedagógicas e semeando novas possibilidades de ação e reflexão em outros contextos educacionais (Brasil, 2019). Rizzatti *et al*. (2020) ressaltam que os produtos e processos educacionais constituem sementes fundamentais no avanço da formação profissional nos programas de pós-graduação, especialmente nos mestrados profissionais.

Foi nesse espírito que, na noite do dia 8 de agosto de 2024, realizou-se a oficina “Sensibilização para a Formação Omnilateral”, com duração de 3 horas, no auditório do Colégio Sejan, em Janaúba (MG). Ali, os 91 ingressantes dos cursos técnicos da Escola Janaubense reuniram-se para vivenciar uma experiência que pretendia questionar os limites da formação fragmentada e instrumental. Sob a condução sensível de uma jardineira-mestra – metáfora viva da educadora que semeia com propósito – e com a colaboração da assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG *campus* Janaúba, dialogou-se sobre a articulação entre educação, trabalho e emancipação. Os participantes não foram selecionados por amostragem, ou seja, todos os ingressantes da 4ª edição do TPF, modalidade subsequente, selecionados pela SEE/MG, participaram do debate.

A metodologia da oficina enraizou-se na exposição de conteúdos teóricos, como o conceito de formação omnilateral, a diferenciação entre mercado de trabalho e mundo do trabalho e a relevância da formação omnilateral. A atividade foi conduzida por meio de exposição dialogada de conteúdos, uso de slides projetados e interação direta com os participantes, favorecendo questionamentos e trocas de percepções. As reflexões concentraram-se na compreensão crítica do trabalho, na crítica à formação fragmentada e na necessidade de reconhecer-se como sujeito histórico capaz de transformar seu território. Nesse momento, não houve coleta de dados empíricos, uma vez que o objetivo do PE foi a construção e a aplicação da oficina. Os registros descritivos do PE basearam-se na observação participante, que consiste em uma abordagem qualitativa em que o pesquisador participa ativamente do contexto estudado, sendo, ao mesmo tempo, mediador da oficina e observador científico dos fenômenos que deseja compreender, isto é, o engajamento do grupo de alunos na atividade proposta. Assim, em vez de ser apenas um observador externo,

o pesquisador se insere no ambiente, interage com os sujeitos e vivencia as práticas sociais, culturais ou educacionais que estão sendo investigadas.

Após a atividade, porém, o PE foi avaliado e validado. Conforme disposto por Cook e Hatala (2016), a validação de produtos ou processos no contexto educacional requer a identificação de evidências que possibilitem avaliar a adequação e a interpretação dos resultados, tomando como referência critérios predefinidos. Tratou-se de verificar se as sementes plantadas germinaram conforme o esperado, se as mudas cresceram saudáveis e se o solo recebeu a nutrição adequada. Essa análise foi feita por meio de ferramentas qualitativas, que examinaram se o cultivo pedagógico proporcionou o florescimento desejado nos estudantes. O processo de validação ocorreu em duas fases distintas.

Após a implementação do produto, a primeira etapa da validação da oficina foi realizada com os 91 alunos participantes. Antes, contudo, o projeto recebeu a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPE), sob o parecer nº 6.824.294. Aplicou-se um questionário de múltipla escolha a fim de captar as percepções dos participantes sobre a oficina em três eixos: conceitual, pedagógico e comunicacional. De acordo com Káplun (2003), esses eixos complementares permitem analisar mensagens educativas de forma a garantir que as informações tenham sido assimiladas e o processo educacional tenha sido bem-sucedido. O eixo conceitual diz respeito aos conteúdos, envolvendo a escolha e a organização dos temas. O eixo pedagógico requer uma análise do público-alvo, buscando compreender suas ideias prévias e possíveis conflitos conceituais que possam ser mobilizados no processo de aprendizagem. Por fim, o eixo comunicacional define a forma de expressão para estabelecer uma relação direta com os destinatários.

A segunda fase de validação, obrigatória para todos, foi realizada por uma banca de professores especialistas durante a defesa da dissertação de mestrado em questão (Cook; Hatala, 2016), composta por docentes do ProfEPT-IFNMG e de instituições externas.

O FLORESCER DOS RESULTADOS E O SENTIDO DA COLHEITA

O PE resultante desta pesquisa aplicada materializou-se na forma de uma oficina, concebida como curso de formação inicial e classificada no subtipo organização de atividade de capacitação, com possibilidade de aplicação em diferentes níveis. A oficina abordou a omnilateralidade como princípio orientador dos processos educativos, evidenciando o ensino profissionalizante como terreno fértil para o crescimento pessoal e profissional. Vinculada a uma proposta de formação integral, buscou sensibilizar os participantes para a importância de se tornarem cidadãos críticos, conscientes de seu papel na transformação social e capazes de enxergar além das fronteiras do mercado. O percurso da atividade foi delineado a partir do contexto do PTF, apresentando sua origem, seu funcionamento e as tensões que o atravessam. Ao longo da atividade, foram semeados temas como o conceito de formação omnilateral, a distinção entre mercado e mundo do trabalho, bem como a urgência em discutir uma educação que ultrapasse os limites da empregabilidade imediata.

Entretanto, a implementação do PTF na Escola Janaubense revelou uma demanda mais profunda: a necessidade de formar sujeitos capazes de compreender as interações sociais e de atuar de maneira transformadora em seus territórios, inclusive identificando os limites do próprio curso ofertado, submetido parcialmente à lógica formativa das demandas do mercado. Trata-se de um processo de mercantilização: a educação deixa de ser jardim público, espaço de todos, e torna-se plantação controlada, orientada por interesses que não convergem para o florescimento integral. Não se pode ignorar as contradições advindas daí. Em um contexto escolar fragmentado, formar na perspectiva omnilateral é um ato de

resistência. O PE, portanto, se tornou uma semente de contraponto: gesto consciente de quem se recusa a aceitar que a educação seja reduzida a adestramento.

Assim, a proposta buscou revelar as estruturas do solo – desvelar a falácia meritocrática que camufla desigualdades e regar práticas pedagógicas que privilegiem a autonomia, a consciência e a transformação social. Refinar essa crítica significa fortalecer as políticas deste trabalho, afirmando que, mesmo em terrenos áridos, é possível plantar as sementes de uma educação emancipadora.

Ao fim da oficina, esperávamos que os estudantes concebessem a formação técnica como um caminho estreito para o mercado e passassem a enxergar uma paisagem mais ampla, rica em possibilidades, capazes de cultivar um mundo mais justo, consciente e plural. Imagina-se um futuro técnico em enfermagem que não apenas saiba colher os números exatos de uma pressão arterial, mas que também perceba as tempestades emocionais por trás de cada batimento acelerado; ou um técnico em farmácia que, ao entregar um medicamento, enxergue o rosto à sua frente como um campo vivo de histórias, medos e esperanças.

Destacamos que os frutos aqui colhidos não se encerram nesta safra: as sementes lançadas neste trabalho podem germinar. A oficina foi apenas o passo inicial de um longo processo. Ao desvelar as raízes das tensões que permeiam a educação profissional em parcerias público-privadas, abriu-se veredas para que novos olhares se debrucem sobre este mesmo jardim ou outros terrenos, cursos e instituições. Desse modo, o PE aqui cultivado deixa como legado uma sementeira viva, um campo aberto e promissor em que outras mãos e outros cuidadores poderão semear, observar e colher.

A VALIDAÇÃO DA SEMEADURA

Após a oficina, foi apresentado um questionário avaliativo individual, com as seguintes alternativas de respostas: “excelente”, “satisfatório”, “regular” e “insatisfatório”. Elaboramos quatro questões de múltipla escolha, divididas segundo os eixos para a construção de mensagens educativas propostos por Kaplún (2003):

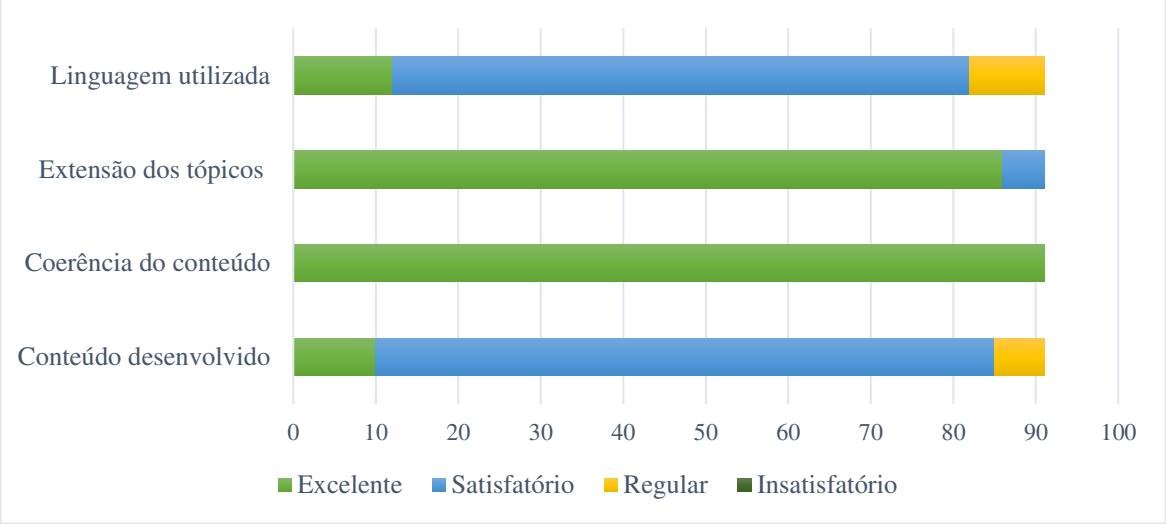
a) Eixo conceitual: refere-se aos conteúdos da mensagem educativa. É como selecionar as sementes certas para cada canteiro, garantindo que cada conceito plantado seja relevante, nutritivo e propício ao crescimento do conhecimento dos estudantes;

b) Eixo pedagógico: foca nos destinatários da mensagem. Trata-se de observar o solo, as mentes e experiências prévias dos aprendizes, identificando possíveis pedras ou pragas que possam impedir o florescimento pleno;

c) Eixo comunicacional: trata da forma como a mensagem foi transmitida. Aqui, a luz do sol e a água da irrigação correspondem à clareza e ao engajamento da comunicação, garantindo que a mensagem alcance todas as partes do jardim de forma equilibrada e estimulante.

Esses três eixos são interdependentes, sendo essenciais para o crescimento de um jardim: solo fértil, sementes de qualidade e cuidados constantes. As respostas demonstram boa avaliação da oficina pelo público-alvo (Figura 1), indicando que o cultivo realizado permitiu que as primeiras flores do aprendizado surgissem de forma saudável e promissora.

Figura 1 – Percepções dos participantes sobre a oficina



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2024).

No eixo conceitual, a primeira questão se relaciona ao conteúdo desenvolvido. Podemos imaginá-lo como sementes cuidadosamente selecionadas para cada canteiro pedagógico. Uma parcela significativa dos ingressantes (10 respostas) avaliou o conteúdo como excelente, indicando que, em sua concepção, os conceitos plantados foram altamente relevantes e bem estruturados. A maioria dos participantes considerou o conteúdo satisfatório (75 respostas) e uma minoria avaliou como regular (6 respostas). Ainda no eixo conceitual, a segunda pergunta refere-se à coerência do conteúdo da oficina ofertada. Todas as 91 respostas classificaram esse aspecto como excelente, o que sugere que as sementes lançadas no solo da oficina germinaram de forma harmoniosa, produzindo um canteiro coerente e fértil para a sensibilização desejada.

Em síntese, a análise do eixo conceitual mostra que o conteúdo desenvolvido foi bem aceito pela maioria dos participantes, com uma parcela significativa considerando-o excelente. Contudo, a presença de avaliações regulares indica a necessidade de adubar e revisar algumas áreas do solo pedagógico para que todas as sementes tenham a oportunidade de florescer plenamente.

No eixo pedagógico, a terceira questão concentrou-se na extensão e na distribuição dos tópicos na oficina. A avaliação revela que a maioria dos respondentes (86) classificou a extensão e a distribuição dos tópicos como excelente, enquanto uma minoria (5) a considerou satisfatória. Isso indica que os canteiros de aprendizagem foram preparados de forma adequada, com espaçamento e nutrição suficientes para permitir que cada conceito crescesse e se desenvolvesse sem sufocamento. A ênfase no eixo pedagógico sugere que a oficina foi projetada para observar o solo – ou seja, as ideias pré-existentes dos destinatários – e identificar possíveis pedras ou pragas conceituais que poderiam impedir o florescimento do conhecimento.

No eixo comunicacional, a quarta e última questão indagou acerca da linguagem utilizada na oficina. Apenas 12 ingressantes a avaliaram como excelente, enquanto 70 a consideraram satisfatória e 9 a classificaram como regular. Isso indica que, embora a maioria das plantas tenha recebido luz e água suficientes, algumas ainda não encontraram o nutriente ideal para florescer plenamente. As avaliações apontam a necessidade de ajustes na linguagem utilizada, de modo a facilitar a compreensão do público-alvo. Como forma de adubar esse terreno, preparou-se um guia para elaboração da oficina (Batista; Martins, 2024),

com linguagem mais acessível, oferecendo ferramentas para que todas as sementes possam crescer saudáveis nas próximas realizações da oficina e para que o PE tenha materialidade.

Na segunda fase de validação, o PE foi submetido à banca examinadora durante a defesa da dissertação. Essa etapa representou a inspeção final de um jardim cultivado com esmero: cada canteiro, cada muda e cada flor foram observados com atenção e cuidado, como quem avalia não apenas o resultado, mas o percurso de crescimento. Foi o momento de verificar se o solo havia sido bem adubado, se as sementes germinaram com vigor e se o desenvolvimento das ideias ocorreu de forma saudável, coerente e harmoniosa. Os membros da banca atuaram como mestres-jardineiros, com olhos treinados para reconhecer raízes firmes e brotos promissores. Examinaram os princípios pedagógicos semeados ao longo do processo, testaram a resistência das propostas diante das intempéries do contexto escolar e avaliaram se o canteiro educativo estava pronto para florescer em outros territórios. Mais do que aprovar um trabalho, os mestres buscaram garantir que o PE pudesse frutificar plenamente, espalhando sementes de transformação em futuros campos de aprendizagem.

O LEGADO DA SEMENTE

Em suas reflexões sobre a educação emancipadora, Jean-Jacques Rousseau (1973) e Célestin Freinet (1974) comparam a arte de cultivar jardins à arte de formar seres humanos. Resgatamos essa analogia como fio condutor deste artigo. Ambas as práticas – jardinagem e educação – se opõem ao cenário de desordem social impulsionado por uma ética capitalista que exalta o empreendedorismo e a satisfação de necessidades individualistas. Para Rousseau (1973), os frutos da jardinagem e da educação verdadeiramente emancipadora só podem ser colhidos em longo prazo, após um cultivo paciente e comprometido. Freinet (1974), por sua vez, descreve situações em que a semeadura e a colheita podem ser prejudicadas: políticas educacionais que fragmentam os saberes, ideologias mercantilistas que visam apenas formação de mão de obra, currículos defasados, sistemas autoritários, entre outros fatores e situações.

No Brasil, essa desordem social se manifesta como uma herança histórica, que cristalizou uma divisão educacional perversa: à elite econômica foi oferecida uma formação voltada para o comando, para o cultivo de ideias que legitimam a posse dos instrumentos de opressão; às classes populares, uma formação fragmentada, voltada à obediência e à execução de tarefas, alimentando-se das ideias que favorecem o grupo dominante. A escola, nesse modelo, opera como uma fábrica que molda dois tipos de seres humanos: os que mandam e os que obedecem.

Romper essa lógica não é apenas um gesto de justiça social: é uma urgência de humanidade. Foi nesse terreno árido que se lançou a semente da formação omnilateral, cultivada em uma instituição de ensino particular, por meio de um programa nascido de uma parceria público-privada. O desafio era claro: fazer brotar uma educação que não separa o técnico do humano, que não poda o pensamento crítico em nome da eficiência – mesmo que essa fosse a intenção original do propositor do PTF.

A oficina relatada neste artigo foi a primeira semente desse cultivo; insuficiente, por si, para alterar o estado de coisas. Apesar disso, ela buscou sensibilizar os estudantes para a amplitude do Ensino Técnico, revelando que aprender um ofício pode ser também um caminho de crescimento pessoal, cidadania e transformação social. Ainda que os frutos dessa jardinagem só se revelem com o tempo, a partir da sistematização dos processos de ensino e aprendizagem conforme princípios educacionais adequados, os estudantes começaram a enxergar sua formação como algo que transcende a técnica, ou seja, como uma ferramenta

para compreender o mundo e agir sobre ele. A oficina, como todo bom cultivo, deixou marcas invisíveis: raízes, folhas e frutos que seguirão germinando no tempo singular de cada aprendiz.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Carla; MARTINS, Alex Lara. **Guia para elaboração da oficina**: Sensibilização para a formação omnilateral. Produto Educacional (Mestrado Profissional) – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Montes Claros, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria n.º 83, de 6 de junho de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, n.º 109, Seção 1, p. 12, 8 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Grupo de trabalho:** Produção Técnica. Brasília: CAPES, 2019.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/45/42. Acesso em: 28 jul. 2025.

COOK, David A., HATALA, Rose. Validation of educational assessments: a primer for simulation and beyond. **Adv Simul,** [*S. l.*], v. 1, n. 31, 2016. DOI: https://doi.org/10.1186/s41077-016-0033-y

DIAS, V. E. M.; MORAIS, B. L. S. As Parcerias na Educação Mineira: um estudo sobre o Programa Trilhas de Futuro. **Educação & Realidade**, v. 50, p. e136456, 2025.

FREINET, Célestin. **A Educação pelo Trabalho**, v. 1. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

FREITAS, Cristiane Rodrigues; VALLE, Maria Raimunda Lima; AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins; AQUINO, Soraya Farias. O trabalho como princípio educativo na educação profissional técnica de nível médio para uma formação omnilateral. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [*S. l.*], v. 2, n. 2, p. 28–42, 2018. DOI: 10.36524/profept.v2i2.386.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. *In*: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Brasil, n. 27, p. 46–60, 2003.

MATEUS, Noemi Márcia Alavrenga; OLIVEIRA, Sueli Machado Pereira de. Parceria público-privado: o Projeto Trilhas de Futuro na Escola Estadual Dom Francisco Silva, Espírito Santo do Dourado/MG. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, Naviraí, v. 11, n.

28, p. 394-410, 30 out. 2024. DOI: https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/19506.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Cartilha de Cursos**: Projeto Trilhas de Futuro. Belo Horizonte: SEE/MG, 2024. Disponível em: https://www.trilhasdefuturo.mg.gov.br/wp-content/uploads/2024/09/Cartilha-Trilhas-de-Futuro-5.pdf. Acesso em: 8 ago. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Edital de Credenciamento. SEE n. 2/2025, de 28 de maio de 2025. Disponível em https://www.trilhasdefuturo.mg.gov.br/instituicoes/index.html Acesso em 4 dez. 2025.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Ed. Moderna, 2011.

RAMOS, Marise. Ensino Médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 42– 56.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. Trad. de Dion Davi Macedo. Sâo Paulo: Edições Loyola, 2000.

RIZZATTI, Ivanisse Maria; MENDONÇA, Andrea Pereira; MATTOS, Francisco; RÔÇAS, Giselle; SILVA, Marcos André B Vaz da; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de S.; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020.

RODRIGUES, Lara Cristina Evaristo. O projeto Trilhas de Futuro: educadores em Minas Gerais: a gestão Zema e o setor privado no campo da formação docente. **Anais do seminário de políticas públicas e interseccionalidades**, [*S. l.*], v. 3, n. 1, p. 01–07, 2024. Disponível em: https://revistas.ceeinter.com.br/anaisseminariodepoliticaspublica/article/view/1824 Acesso em: 21 ago. 2025.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SINGER, Helena. **República de Crianças**: sobre experiências escolares de resistência. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.